



A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FATOR DE MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DOS POLICIAIS MILITARES DO AMAZONAS

Bruno Brissow de Azevedo, Daniela dos Santos Dantas, Denison Melo de Aguiar



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p9792-9811>

Artigo recebido em 31 de Outubro e publicado em 31 de Dezembro de 2025

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

Esse artigo buscou investigar como a educação financeira influencia na qualidade de vida dos Policiais Militares do Amazonas, partindo da premissa de que o fácil acesso ao crédito, aliado à falta de conhecimento e planejamento financeiro, predispõe estes profissionais ao endividamento. Este desequilíbrio financeiro gera estresse, ansiedade, depressão e problemas familiares, afetando diretamente a concentração, a produtividade e o desempenho do policial em uma atividade de alto risco, comprometendo a segurança pessoal e da comunidade. A metodologia adotada foi a revisão integralista com uma pesquisa bibliográfica e paradigma indutivo. Os resultados indicam que, apesar de a estabilidade financeira ser crucial para o bem-estar e eficiência do militar, há uma ausência de programas estruturados de educação financeira na formação e na carreira na PMAM. Conclui-se que a implementação de programas de educação financeira é uma ferramenta poderosa e essencial para mitigar o estresse, reduzir o endividamento e, consequentemente, elevar a qualidade de vida e a capacidade operacional dos policiais militares do Amazonas.

Palavras-chave: Educação Financeira. Qualidade de Vida. Policial Militar.



FINANCIAL EDUCATION AS A FACTOR IN IMPROVING THE QUALITY OF LIFE OF MILITARY POLICE OFFICERS IN AMAZONAS

ABSTRACT

This article sought to investigate how financial education influences the quality of life of Military Police officers in Amazonas, based on the premise that easy access to credit, coupled with a lack of knowledge and financial planning, predisposes these professionals to indebtedness. This financial imbalance generates stress, anxiety, depression, and family problems, directly affecting the concentration, productivity, and performance of the police officer in a high-risk activity, compromising personal and community safety. The methodology adopted was an integral review with bibliographic research and an inductive paradigm. The results indicate that, although financial stability is crucial for the well-being and efficiency of the military personnel, there is an absence of structured financial education programs in the training and career of the Amazonas Military Police. It is concluded that the implementation of financial education programs is a powerful and essential tool to mitigate stress, reduce indebtedness, and consequently, improve the quality of life and operational capacity of the Amazonas Military Police officers.

Keywords: Financial Education. Quality of Life. Military Police Officer.

Instituição afiliada – Cadete da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Graduado em Administração pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Direito pela Universidade Luterana do Brasil. Especialista em Gestão Pública pela Universidade do Estado do Amazonas. Contato: brunobrissow1109@gmail.com

Doutoranda em Saúde Pública pelo Programa em Associação com FIOCRUZ, UEA e UFAM. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduada em Psicologia pela UFAM. Especialista em Terapia Cognitiva Comportamental pela IPOG. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Psicossociais sobre Direitos Humanos e Saúde da Universidade do Estado do Amazonas. Contato: dani_sansilva@hotmail.com (Orientadora)

Denison Melo de Aguiar. Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203> (Coorientador)

Autor correspondente: Bruno Brissow de Azevedo brunobrissow@hotmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





INTRODUÇÃO

O tema educação financeira no âmbito da Polícia Militar do Amazonas pode ser um instrumento para compreender a saúde financeira dos policiais militares, o seu conhecimento sobre o assunto, como também o seu comportamento quanto às finanças pessoais e se isso é capaz de interferir no seu desempenho profissional, no relacionamento familiar e na saúde mental, pois todos estes fatores envolvem a qualidade de vida dos policiais militares e afetam sua atividade na área fim (Bosquerote, A.T. 2023).

O fácil acesso a crédito que os militares estaduais possuem alinhado à falta de conhecimento que provavelmente eles possuem acerca dos riscos existentes na realização de empréstimos e financiamentos pode fazer com que a sua vida financeira se torne bastante complicada (Ribeiro, M. E. Santos; 2022).

A educação financeira é capaz de orientar os indivíduos quanto a importância do planejamento financeiro, com o objetivo de desenvolver uma relação de equilíbrio com o dinheiro, bem como adotar decisões inteligentes de consumo e finanças. O sistema econômico predominante é o capitalismo, mas pouco se fala da importância do conhecimento financeiro básico para se viver neste sistema em que saber administrar o dinheiro é a chave essencial para ter uma vida boa (FERREIRA, 2017).

Quanto ao tema educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos melhoram sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, possam desenvolver as competências e confiança necessárias para que se tornem mais conscientes das oportunidades e riscos financeiros de modo a fazer escolhas financeiras de melhor qualidade, a saber, onde procurar e a adotar ações que melhorem o seu bem-estar financeiro (Banco Central do Brasil, 2017b).

Problemas financeiros acarretam uma série de preocupações como o estresse, sendo uma das principais consequências da falta de educação financeira que traz grandes prejuízos a corporação, uma vez que reflete diretamente no desempenho de suas funções. Quanto menor a interferência de fatores externos, como por exemplo, a preocupação com problemas financeiros, maior será sua produtividade e até mesmo a



segurança do policial e da comunidade (Thieser; Villela; 2017).

Uma vida financeira bem estabelecida e regulada pode, portanto, trazer um incremento à qualidade de vida do policial militar amazonense, à proporção que traz mais conforto e despreocupação com as questões financeiras, bem como proporciona uma maior liberdade (Thieser; Villela; 2017).

Pode-se dizer que problemas financeiros como escolhas erradas de consumo e a tomada de crédito acarretam consequências prejudiciais à boa parte da população, como: baixa autoestima, menor produtividade e brigas familiares. Ao ponto que isso também pode ocorrer com os policiais militares, pois são parte dessa sociedade, que além de enfrentarem problemas físicos, emocionais e psicológicos durante a carreira, em razão dessa atividade peculiar, também passam por situações que não são diferentes do cenário nacional (Nunes, J. C. Gomes; 2021).

Diante do problema apresentado, quais os principais efeitos que a falta de educação financeira gera para o policial militar, como o conhecimento em educação financeira pode aumentar a qualidade de vida e como orientá-los com relação a gestão financeira pessoal durante a carreira (Nunes, J. C. Gomes; 2021).

A realização deste estudo se justifica pela necessidade de compreender como a saúde financeira, uma variável pessoal, afeta a qualidade de vida e o desempenho profissional dos policiais militares. A atividade policial militar já é inerentemente de alto risco e possui um elevado nível de estresse, que pode ser ainda mais agravado por problemas financeiros. Este tema pode ser abordado com baixo custo para a corporação, sendo aplicado por outros militares com domínio do assunto.

O cerne desta pesquisa reside no problema de se estabelecer como a educação financeira pode efetivamente trazer benefícios para a qualidade de vida dos policiais militares do Amazonas. Acredita-se que a solução reside na hipótese de que a implementação de programas estruturados de educação financeira – a exemplo de iniciativas já existentes na Polícia Militar de Santa Catarina e no Exército Brasileiro, que utilizam cadernos de instrução, palestras e cursos – tem o potencial de reduzir significativamente o nível de endividamento e, consequentemente, melhorar a qualidade do serviço prestado por esses profissionais. Além disso, postula-se que a educação financeira contribui para um desempenho mais eficiente na atividade-fim,



pois uma melhor saúde financeira atua na diminuição do estresse, no aumento da concentração e do foco durante as atividades profissionais.

O estudo estabelece como Objetivo Geral compreender de que maneira a educação financeira – ou a ausência dela – influencia a qualidade de vida do Policial Militar do Amazonas. Para atingir esse objetivo, foram definidos três Objetivos Específicos: primeiramente, busca-se entender o conceito de educação financeira aplicada ao policial militar; em segundo lugar, o trabalho visa explicar o conceito de qualidade de vida sob a perspectiva particular do policial militar do Amazonas, considerando as especificidades da carreira policial; e, por fim, o estudo propõe dissertar sobre o impacto real que os problemas financeiros exercem na atividade-fim desempenhada, avaliando como o desequilíbrio econômico pode comprometer o desempenho e a eficiência do serviço prestado à sociedade.

Portanto, o texto organiza-se nos seguintes tópicos: Educação, Planejamento e Controle Financeiro do Policial Militar; Qualidade de vida para o Policial Militar; Problemas Financeiros e Qualidade de vida dos Policiais Militares no Amazonas e Gestão Financeira, Endividamento e o Impacto no bem estar do Policial Militar.

METODOLOGIA

O presente estudo se orienta pela revisão integrativa da literatura, que consiste em reunir, analisar e sintetizar de forma abrangente o conhecimento existente sobre um tema específico, por meio de diversos estudos científicos. Ela é uma abordagem sistemática que busca identificar, analisar e interpretar como evidências disponíveis de maneira integrada, proporcionando uma visão ampla e abrangente do estado atual do conhecimento em uma área de estudo (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

O tipo de pesquisa é a qualitativa e a pesquisa segue uma linha indutiva, partindo da observação dos dados para a formulação de uma teoria sobre a relação entre educação financeira e qualidade de vida do Policial Militar.

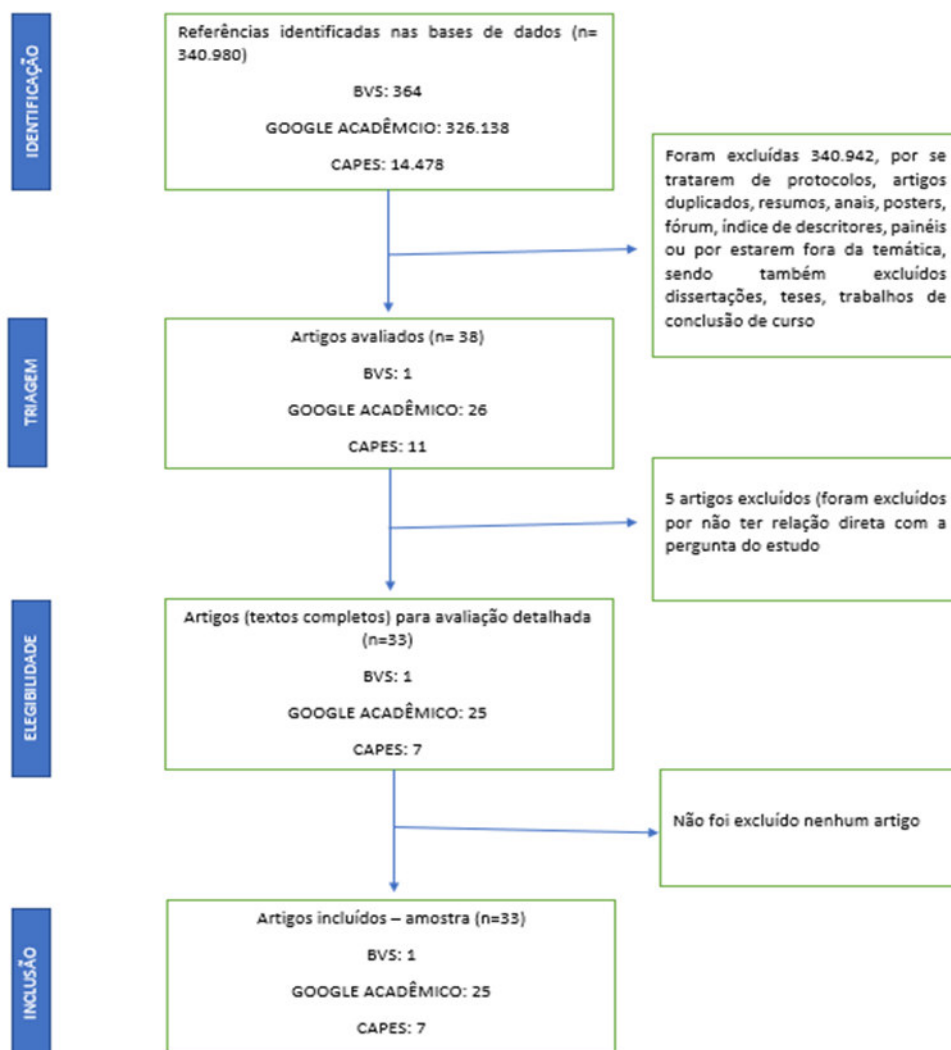
Para a coleta de dados, foram empregados procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica concentrou-se na análise de artigos científicos e publicações acadêmicas, utilizando como bases o Portal da CAPES, Google Acadêmico e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando termos-chave como



“educação financeira e o policial militar,” “educação financeira,” e “qualidade de vida do policial militar”, “qualidade de vida”, “educação financeira” e “trabalho policial” e qualidade de vida, “educação financeira” e “policial” e “qualidade de vida” dos anos de 2020 a 2025. Já a pesquisa documental baseou-se em normas institucionais da PMAM, legislações, o manual de educação financeira do exército e dados do Banco Central do Brasil.

O fluxograma PRISMA (PAGE et al., 2021) da pesquisa está dividido da seguinte forma: Identificação, onde foram mapeados 340.980 estudos nas bases de dados da BVS, Google Acadêmico e CAPES; Seleção, 340.980 referências foram pré-selecionadas, 340.942 foram excluídas, por se tratarem de protocolos, artigos duplicados, resumos, anais, posters, fórum, índice de descritores, painéis ou por estarem fora da temática, foram excluídos também dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso; na Elegibilidade 33 artigos foram selecionados para leitura na íntegra e; na Inclusão, todos os 33 foram selecionados para a pesquisa (FIGURA 01).

Para a análise de dados extraídos na pesquisa foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, proposto por Bardin (2016) e consiste em três etapas: pré-análise – que consiste na leitura flutuante do material coletado, escolha do material que será analisado, constituição do corpus da pesquisa, formulação de hipóteses e preparação do material; exploração do material – que consiste na codificação e categorização do material e; tratamento dos resultados obtidos e interpretação, conforme gráfico 1:



Fonte: autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

EDUCAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLE FINANCEIROS DO POLICIAL MILITAR

Conforme definição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, educação financeira pode ser conceituada como: O processo pelo qual o consumidor financeiro/investidor melhorar seu entendimento dos produtos financeiros e dos conceitos, por meio de informação, de instrução e de aconselhamento, com o objetivo de desenvolver as habilidades e a confiança, para se tornar mais consciente dos riscos financeiros e fazer escolhas bem-informadas, para saber aonde ir para obter ajuda, e realizar outras ações efetivas para melhorar seu bem-estar



financeiro.

Segundo Costa e Miranda (2013) é o nível de educação financeira que determina diretamente o quanto o indivíduo está determinado a poupar, e não o nível de escolaridade. Ainda que o grau escolar seja determinante para sua renda, é o conhecimento específico em finanças que vai determinar se essa pessoa estará disposta a poupar, significando que a educação financeira não pode ser medida pelos níveis de escolaridade convencional.

Em 2010, a educação financeira no Brasil passou a contar com o incentivo do governo federal por meio de políticas públicas que resultaram no Decreto 7.397 de dezembro de 2010 que instituiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), atualizada posteriormente com o Decreto 10.393 de junho de 2020 com o objetivo de desenvolver o conhecimento, a habilidade e a aptidão da população para administrar as próprias finanças, planejando e gerindo a renda, criando o hábito de poupar, investir e consumir de forma responsável.

Portanto, percebe-se que além do conhecimento em educação financeira, que não se trata apenas de um conhecimento matemático específico, o indivíduo também precisa compreender como o seu comportamento econômico está atrelado a suas habilidades e emoções quanto ao consumo, ao endividamento, à poupança e aos investimentos.

No Brasil, há um percentual de famílias endividadas ou que apresentam dificuldades para chegar ao final do mês com rendimentos. Não faz parte do cotidiano da maioria dos indivíduos buscar informações sobre a gestão financeira (THIESEN, 2020). Além dos aspectos relacionados à desigualdade social, isso pode ocorrer devido ao desinteresse das pessoas pela educação financeira ou à falsa ideia de que sabem lidar com o dinheiro ou às crenças limitantes sobre o dinheiro que essas adquiriram em algum momento da vida. Fatores psicológicos e culturais tais como: o comportamento arraigado, a contabilidade mental, a impulsividade, a falta de interesse em aprender, a avaliação superestimada que as pessoas fazem sobre seu conhecimento financeiro somados à eventual regulação insuficiente e a um fraco sistema de proteção ao consumidor trazem limitações à educação financeira (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 22).



CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO

Verifica-se a necessidade de que a sociedade busque o aprendizado constantemente, estabeleça sonhos e os transforme em projetos que serão realizados. Para que isso seja possível, é necessário que o ser humano saiba exatamente onde quer chegar, estabeleça metas claras e objetivas, internalize a visão de futuro trazida pela perspectiva de realização do projeto e estabeleça etapas intermediárias, ou seja, definir as ações cotidianas para atingir as metas e se comprometer com cada objetivo estabelecido (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

Outro ponto a destacar, é que o problema financeiro pode surgir quando os indivíduos tratam os desejos como se fossem necessidades. O ideal é que os recursos financeiros satisfaçam as necessidades e na medida do possível, atendam aos desejos. Para que as escolhas financeiras das pessoas sejam sadias, é relevante ter equilíbrio emocional (BACEN, 2013; THIESEN, 2020). Nesse sentido, há algumas dificuldades para planejar o consumo decorrente da busca do prazer imediato; da pouca formação financeira; da memória inflacionária brasileira; e das estratégias de consumo que usam diversas técnicas de venda que fazem uso de um marketing sedutor (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

O planejamento financeiro possibilita consumir mais e melhor. Consumir mais por meio da potencialização do dinheiro e melhor via eliminação de desperdícios. As principais vantagens de planejar o consumo são controlar o endividamento pessoal; preservar e aumentar o patrimônio; eliminar gastos desnecessários; utilizar os juros a seu favor; e maximizar os recursos disponíveis (BACEN, 2013; THIESEN, 2020). Sendo assim, além de adotar estratégias de pesquisas de preços e de negociações, é importante desenvolver um comportamento que seja voltado ao consumo consciente e sustentável.

FINANÇAS PESSOAIS: A REALIDADE POLICIAL

Aproximadamente 58% da população brasileira não se dedica às próprias finanças (Franco, 2018) e em 2023, já são 78,1% das famílias brasileiras endividadas (CNC, 2023). O problema também é comum entre servidores públicos, sendo que a retração salarial, redução de direitos e a criação de regras que induzem o endividamento



podem impactar diretamente o público policial (Fonacate, 2022).

Em pesquisa realizada com policiais militares da Paraíba, constatou-se que 68% das praças e 16% dos oficiais possuem alguma dívida (Lopes, 2019) e o acesso facilitado ao crédito consignado demonstra ser uma das possíveis causas de um endividamento elevado entre servidores públicos (Alves, 2018; Flores; Vieira; Coronel, 2013; Guimarães; Gonçalves; Miranda, 2015). O endividamento também pode estar relacionado à corrupção e outros crimes financeiros entre policiais (Jiao, 2010) e demonstra haver influência negativa na produtividade do trabalho (Vieira; Kilimnlk; Dos Santos Neto, 2016).

Percebe-se que o policial militar está inserido em uma realidade de fácil acesso a créditos, principalmente o empréstimo consignado, empréstimos pessoais a juros menores e o uso indiscriminado de cartões de crédito são facilitadores de superendividamento desses servidores. Essa realidade é marcada por um analfabetismo financeiro, pois a falta de conhecimentos básicos sobre finanças pessoais é a raiz do descontrole financeiro entre os policiais.

Segundo dados do Banco Central do Brasil (2018), em maio de 2018, os servidores públicos da União, dos Estados e dos Municípios, já deviam R\$180,2 bilhões aos bancos na modalidade de crédito consignado, o que dá uma média de contratação diária de R\$ 26,8 milhões em financiamentos com desconto em folha e que acarreta em média uma dívida de R\$ 15,7 mil para cada servidor (PEREIRA, 2020).

Com o objetivo de verificar o nível de endividamento do servidor público federal brasileiro Souza (2015) obteve dados que indicaram que a categoria dos servidores públicos foi a que mais se endividou, quando comparada com os empregados do setor privado. E esse endividamento ocorre principalmente pela contratação de crédito consignado, que apesar de ser uma modalidade que proporciona o pagamento de taxas de juros menores, tem levado servidores ao endividamento financeiro pessoal e familiar. Ademais, o autor também apresentou em sua pesquisa uma clara correlação negativa de empréstimos com o nível de escolaridade, ou seja, quanto maior a escolaridade menor a demanda por empréstimo, e também com o nível de renda, quanto maior o nível de renda, menor a demanda por empréstimos.

Na pesquisa de Acordi (2019) que se propôs a investigar a relação entre os



resultados obtidos apontaram para uma tendência dos servidores que possuem empréstimo consignado adquirirem cada vez mais empréstimos e que dentre os servidores que possuíam empréstimo consignado de março de 2013 a março de 2017, 84,7% aumentaram o valor das parcelas a pagar.

Nesse contexto, Souza (2015) e Rodran (2015) enfatizam que o endividamento pode ocasionar sérios problemas de ordem mental e emocional, pois um profissional endividado fica tão preocupado em solucionar o problema e, ao mesmo tempo, ansioso pela pressão do credor, que acaba perdendo o foco de suas atividades no dia a dia. O desempenho começa a ficar endividamento e a percepção da qualidade de vida do servidor público da UTFPR, os comprometidos e esse profissional fica desmotivado, com o tempo, a consequência pode ser a redução da produtividade e até a perda do emprego.

Para Alves (2016), o crédito é, atualmente, uma mercadoria muito disponível e com acesso facilitado, abundantemente oferecido através de várias mídias, o que acaba estimulando o consumo. Para o autor, não há nada de errado em consumir bens e serviços por meio do crédito, o problema ocorre quando esse crédito é utilizado de maneira irresponsável e acarreta o endividamento que vem sendo tratado hoje como um grave problema social, cuja responsabilidade não mais se aplica somente ao indivíduo, mas à sociedade em geral, pois suas causas e efeitos repercutem no mercado como um todo.

QUALIDADE DE VIDA PARA O POLICIAL MILITAR

A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), atualmente pode ser definida como uma forma de pensamento envolvendo pessoas, trabalho e organizações, que se destacam dois aspectos importantes: a preocupação com a saúde do trabalhador e com a eficácia organizacional; e o conhecimento dos trabalhadores nas deliberações e dificuldade do trabalho.

A Qualidade de Vida no Trabalho é de suma importância para as organizações, por isso uma organização que se preocupa com o bem estar de seus colaboradores é razoável supor que todos saem ganhando. Ela terá colaboradores mais saudáveis, com mais ânimo para o trabalho, motivados tanto para o trabalho como para a vida pessoal,



melhorando também os relacionamentos e a autoestima.

Pessoas estáveis financeiramente conseguem ter mais conforto e tranquilidade, aumentando significativamente sua qualidade de vida. Minayo, Hartz e Buss (2000, p.8), determinam, em seu artigo, o conceito de qualidade de vida, afirmando que:

“Qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar”.

Nas palavras de (Minayo, Hartz & Buss, 2000), a noção de ‘qualidade de vida’ significa que o padrão que a própria sociedade determina e se mobiliza para conquistar, por meio de políticas públicas e sociais que induzem e norteiam o desenvolvimento humano e as mudanças positivas no modo, nas condições e nos estilos de vida . Dessa forma, qualidade de vida possui um sentido objetivo e subjetivo quanto a condições, situações e estilos de vida; a idéias de desenvolvimento sustentável e ecologia humana; e ao campo da democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos e sociais.

O termo ‘qualidade de vida’ traz consigo uma forte conotação de valor, ao atribuir prioridades a alguns aspectos da existência. Trata-se de uma noção eminentemente humana, subjetiva e polissêmica que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e ao próprio sentido da existência.

Uma vida financeira bem estabelecida e regulada pode, portanto, trazer um incremento à qualidade de vida do policial militar, à proporção que traz mais conforto e despreocupação com as questões financeiras, bem como proporciona uma maior liberdade.

O estresse ocupacional é produto da relação entre o indivíduo e o seu ambiente de trabalho, em que as exigências deste ultrapassam as habilidades do trabalhador para enfrentá-las, o que pode acarretar num desgaste excessivo do organismo, interferindo na sua produtividade.



Do ponto de vista dos Policiais, seu “risco epidemiológico” se materializa, principalmente, nos confrontos armados, nos quais se expõem e podem perder a vida. É certo que o risco é inerente à natureza das operações policiais.

Os policiais estão expostos a um alto risco de serem atacados, feridos ou mortos por criminosos e/ou pessoas com comportamento em oposição às leis e às normas da sociedade. Usualmente vivem sob constante apreensão acerca de perigos físicos, longas e irregulares horas de trabalho e são expostos aos lados desagradáveis da vida. Isto resulta sempre em estresse psicológico e problemas familiares e de personalidade.

Portanto, fica evidente que o estresse pode influenciar diretamente na produtividade do trabalhador. A partir do momento que os policiais possuem suas finanças em dia podem se concentrar melhor no trabalho e, assim, produzir mais e melhor, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados à população.

Uma vida financeira saudável conduz a menores preocupações, menos estresse, melhor saúde física e vida pessoal mais estável, inclusive com melhora geral dos relacionamentos. Traz, ainda, à diminuição de despesas médicas, diminuição de uso de remédios, álcool e drogas (BUSSINGER, 2016), o que gera um efeito muito positivo para a instituição, pois proporciona uma maior concentração do policial no trabalho.

Estudos diversos têm demonstrado que em policias militares há níveis insatisfatórios de qualidade de vida (Guimarães et al., 2014; Oliveira; Quemelo, 2014) e dentre os influenciadores protagonistas geralmente estão a prática de atividade física, a qualidade do sono e o suporte social (Sousa; Barroso; Ribeiro, 2022).

Algumas medidas de redução de riscos podem ser realizadas, tais como agir preventivamente, o que consiste em tomar atitudes que coíbam, dificultem ou minimizem as chances de que um evento indesejado ocorra; fazer uma reserva de emergência; fazer um plano de saúde; e fazer um planejamento da aposentadoria etc. (BACEN, 2013; THIESEN, 2020). No que tange ao planejamento da aposentadoria, é importante levar em conta a incerteza do futuro e o aumento da expectativa de vida; o aumento do custo de vida; e a concretização de sonhos. Existem diversas maneiras de formar um fundo financeiro que vise a aposentadoria (BACEN, 2013; THIESEN, 2020).

A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA QUALIDADE DE VIDA E NA



PRODUTIVIDADE DO POLICIAL MILITAR DO AMAZONAS

O endividamento está diretamente ligado ao aumento do estresse, em uma profissão que já é considerada com estresse elevado, pode ser uma das principais consequências da falta de educação financeira, o que traz grandes prejuízos à Corporação, vez que causa a diminuição da produtividade do policial, afastamentos do trabalho, transtornos mentais e problemas familiares

Percebe-se que o estresse excessivo é prejudicial ao indivíduo e a corporação a qual ele pertence, uma vez que reflete diretamente no seu trabalho, pois a profissão policial militar ao lidar com situações constantes de risco, demandam uma atenção constante e as preocupações com questões financeiras podem comprometer o foco e a atenção desses policiais militares, aumentando o risco a qual estão expostos.

Funcionários endividados faltam mais ao trabalho na tentativa de solução para o problema das dívidas, causando diminuição da sua produção por conta do stress (sic) causado pelo desequilíbrio e pelas pressões financeiras. Além disso, o presenteísmo (quando o funcionário está presente na empresa, mas não se concentra em suas atividades e não produz o esperado) está muito presente nos casos de dívidas, o que podem causar, além da baixa produtividade, acidentes de trabalho, devida a falta de concentração e atenção ao executar suas atividades (SANTOS, 2013, p.141).

Dessa forma, percebe-se que ter as finanças em dia influencia diretamente na produtividade do trabalhador, pois permite uma melhor concentração em seus afazeres laborais diários. Em uma atividade de risco elevado que a atenção a todo instante é primordial para a melhor execução do serviço, como a atividade policial militar, essa maior concentração se mostra primordial. Quanto menor a interferência de fatores externos, como, por exemplo, a preocupação com problemas financeiros, melhor o policial militar desempenhará sua função.

Uma vida financeira bem estabelecida e regulada pode, portanto, trazer uma melhor qualidade de vida para o policial militar amazonense, à proporção que traz mais conforto e despreocupação com as questões financeiras, bem como proporciona uma maior liberdade.

A partir do momento que os policiais possuem suas finanças em dia podem se concentrar melhor no trabalho e, assim, produzir mais e melhor, refletindo diretamente



na qualidade dos serviços prestados à população. Uma vida financeira saudável conduz a menores preocupações, menos estresse, melhor saúde física e vida pessoal mais estável, impactando diretamente a qualidade de vida desses policiais militares.

Controlar os gastos e poupar para o futuro são reconhecidos como fatores importantes pela população, porém, acaba enfrentando obstáculos econômicos, psicológicos e culturais. Entretanto, não planejar isso pode acarretar situações de estresse que repercutem no ambiente familiar e profissional, afetando o desempenho das organizações e reduzindo a produtividade (ENEF, 2017).

Pesquisas demonstram que ao atrasar o pagamento de despesas como as contas de luz, água, gás; apelar para outras fontes de recurso, como familiares, amigos, cheque especial, cartão de crédito, crediário, financiamentos, crédito consignado e até mesmo empréstimos com agiotas; e reduzir os gastos são providências tomadas por quem está com dificuldades financeiras. Essas atitudes nem sempre são efetivas e podem agravar a situação, pois a causa é o descontrole financeiro e a origem do problema não está sendo combatida (ENEF, 2017).

O excesso de consumo pode ocasionar descontrole financeiro. Os problemas financeiros podem causar preocupação e estresse para os policiais, isso pode atrapalhar a atividade profissional com a possibilidade de cometer erros, como acidentes de trabalho, doenças, dificuldade de concentração e com a redução de produtividade (SSP, 2010; PAWLOWYTSCH; BATISTA; BATISTA, 2013; SANTOS, 2013; THIESEN; VILLELA, 2017).

Dessa forma, o nível de endividamento dos policiais pode trazer problemas para esses profissionais e para a Corporação, pois isso pode levar o colaborador a buscar um complemento de renda. Exemplo disso seria a participação ou exercício de função ou emprego remunerado do policial militar em firma comercial ou empresa industrial, que é conhecido como “bico” e é considerado transgressão disciplinar (PMSC, 1980; SILVA; VIEIRA, 2008; THIESEN; VILLELA, 2017).

Nesse contexto, o endividamento é o saldo negativo em que o devedor se encontra, que se fez o consumo de bens e investimentos para fins próprios com o uso de recursos de terceiros, em que o devedor descumpre os prazos e compromissos financeiros estabelecidos, vindo a tornar-se inadimplente (MARQUES; FRADE, 2003).



Gerando a impossibilidade global de o devedor pessoa física, consumidor, leigo e de boa-fé, pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo (excluídas as dívidas com o Fisco, oriundas de delitos e de alimentos). Este estado é um fenômeno social e jurídico a necessidade de algum tipo de saída ou solução pelo direito do consumidor (omissos)(MARQUES; CAVALLAZZI, 2006, p. 98).

Além disso, a realização de serviços fora da função da Polícia Militar buscando uma renda extra para complementar sua renda, devido a descontroles financeiros, pode comprometer os momentos de repouso, de lazer e de convívio familiar do policial, o que pode impactar o desempenho desse profissional na Corporação, dado que ao invés de usar a folga para o descanso, o policial realiza outra atividade laborativa que poderia ser evitada se esse colaborador tivesse educação financeira (SILVA; VIEIRA, 2008; THIESEN; VILLELA, 2017).

É relevante destacar que na pesquisa de Soares, Cavalhero e Trevisan (2017), realizada com servidores públicos estaduais de Santa Catarina, os autores constataram que é quatro vezes maior a prevalência de servidores doentes e afastados para tratamento de saúde entre os servidores que possuem empréstimo consignado do que entre os servidores que não possuem empréstimo consignado. Além das despesas financeiras, o afastamento custa à população insegurança, pois diminui a presença ostensiva realizada nos patrulhamentos, sobrecarrega os demais militares e amplia as dificuldades de manejo de efetivo já reduzido no emprego das atividades de segurança da população (PEREIRA, 2017, p. 42-43).

Ainda segundo Cavalcante (2017) dentro de uma área mais específica no caso dos servidores públicos a facilidade em acessar os meios de obtenção de crédito acaba diferenciando o servidor público dos demais trabalhadores, essa facilitação decorre do fato que o emprego público é um sinal de garantia de renda, levando as instituições financeiras a crer que os riscos de inadimplência serão menores.

Dentro desse contexto de endividamento, para Silva e Gomes (2018) o perfil dos servidores públicos é o mais desejado pelas instituições financeiras para o oferecimento de empréstimos consignados, porque gozam de estabilidade e remuneração fixa e garantida. É importante destacar que os servidores públicos gozam de estabilidade financeira, em razão dos cargos públicos que ocupam, diferente do que ocorre com a



maioria dos trabalhadores formais, regidos pelas leis trabalhistas, e informais.

Portanto, não ter o costume de planejar pode afetar a rotina pessoal ou familiar, trazendo implicações como o aumento do grau de endividamento ao ponto de começar a desonrar os compromissos que poderão, por sua vez, comprometer a renda e levar até mesmo ao caos financeiro por causa dos gastos extras não previstos no orçamento.

GESTÃO FINANCEIRA, ENDIVIDAMENTO E O IMPACTO NO BEM ESTAR DO POLICIAL MILITAR

Ao fazer a análise bibliográfica e documental sobre o tema, percebe-se a importância que o tema vem recebendo ao longo dos anos devido ao aumento do número de artigos e estudos sobre educação financeira e sua relação com a atividade do policial militar.

O problema com o fácil acesso a crédito que esses militares possuem somado a falta de conhecimento que eles possuem acerca dos riscos existentes na realização de empréstimos e financiamentos pode fazer com que a vida financeira desses indivíduos se torne bastante complicada. A partir de uma análise contextual das forças policiais, com o intuito de compreender os pontos principais que levam o Policial Militar a ter uma má gestão de sua renda, observa-se que é necessária primeiro ser feita uma análise sobre as condições de trabalho em que este profissional atua, reconhecendo os riscos em potencial, especialmente o risco de morte ao qual sempre está sujeito, junto a todos os demais fatores que são claramente insalubres e fomentando impactos emocionais, psicológicos e salutaros que comprometem qualitativamente a vida do policial (MARTINS, 2018).

Com base nos dados e informações pesquisadas nos artigos científicos, observou-se que a gestão financeira dos policiais militares é uma questão que transcende o campo das finanças pessoais e atinge também dimensões sociais e emocionais, tendo um impacto em sua atuação institucional.

A carreira policial militar é marcada por condições de trabalho adversas, que frequentemente colocam os profissionais em situações de estresse extremo (MOREIRA; CERCATTO, 2024; ALVES et al., 2023). Essas condições afetam diretamente a qualidade de vida, incentivando comportamentos de consumo imediato e comprometendo a



estabilidade financeira (ALEXOPOULOS et al., 2014). A falta de planejamento financeiro e a busca por alívio em atividades de lazer geram um ciclo vicioso que agrava a instabilidade emocional e econômica (DE JESUS, 2023).

O endividamento entre policiais militares não está necessariamente relacionado à renda disponível, mas sim à ausência de planejamento e controle financeiro (MOREIRA, 2018). Esse padrão pode ser observado tanto em outras profissões quanto em diferentes faixas de renda, demonstrando que a gestão inadequada de recursos financeiros pode ser considerada um problema comportamental e educacional, mais do que uma questão puramente econômica.

Martins (2018) questiona se o estresse decorrente das condições de trabalho leva à má gestão financeira ou se a falta de controle financeiro intensifica o estresse. Essa reflexão ressalta a necessidade de abordar os dois aspectos de forma integrada, promovendo não apenas a saúde financeira, mas também o bem-estar emocional e psicológico dos policiais.

A instabilidade financeira afeta diretamente o bem-estar do Policial Militar, promovendo tensões que podem prejudicar suas relações interpessoais e comprometer seu desempenho no cumprimento de suas responsabilidades. Por essa razão, torna-se imperativo que a orientação financeira seja introduzida desde o início da carreira policial, proporcionando ao profissional ferramentas para lidar com imprevistos que podem surgir no exercício de sua função. Essa abordagem preventiva permitirá ao policial desenvolver estratégias para mitigar os impactos financeiros negativos que poderiam comprometer sua estabilidade econômica e emocional.

A literatura que trata sobre o tema sugere que a implementação de estratégias de planejamento financeiro pode trazer resultados significativos para os policiais militares. Schimdt (2020) propõe um conjunto de ações práticas, como o planejamento familiar, a criação de reservas de emergência e o investimento em educação financeira contínua. Essas medidas são essenciais para criar uma base sólida de estabilidade financeira e melhorar a qualidade de vida dos profissionais.

O debate dos estudiosos da área evidencia que a gestão financeira eficiente é um componente indispensável na vida do policial militar. Além de proporcionar estabilidade econômica, ela atua como um fator de proteção contra os impactos



negativos das condições de trabalho adversas. No entanto, a ausência de programas estruturados de educação financeira na formação policial representa um desafio significativo, exigindo esforços integrados entre instituições de ensino, corporações militares e políticas públicas.

Então a estabilidade financeira do Policial Militar é frequentemente comprometida desde o início de sua formação, seja adquirindo uniformes, equipamentos ou demais itens inerentes ao curso de formação e ao longo de sua carreira, em virtude do desconhecimento e da falta de habilidade para administrar seus recursos de maneira eficaz. Essa falta de controle na gestão financeira pode não apenas impactar a qualidade de vida do policial militar, mas pode também comprometer a qualidade de vida de sua família, agravando ainda mais os fatores de estresse que repercutem em sua vida pessoal e profissional.

Nesse contexto, a gestão financeira deve ser compreendida como uma prática contínua, incorporada de maneira permanente na vida do Policial Militar. O entendimento de que a ausência de planejamento e metas claras pode levar a consequências prejudiciais é essencial para que o profissional adote uma postura proativa em relação a suas finanças. Ao negligenciar a importância dessa gestão, o policial e sua família ficam expostos a riscos desnecessários que comprometem sua qualidade de vida e seu bem-estar geral.

A implementação de práticas de gestão financeira contribui para que esses profissionais desempenhem suas funções com maior tranquilidade e eficiência, alinhando-se ao exercício de seu dever e à garantia de sua qualidade de vida. Assim, reitera-se a importância de avançar em políticas e práticas educativas voltadas à gestão financeira, proporcionando aos policiais militares os meios necessários para alcançar uma vida profissional e pessoal equilibrada e satisfatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do tema educação financeira e o impacto na qualidade de vida do policial militar, justifica-se pelas consequências que esse profissional que não a possui



pode sofrer. Conforme analisado neste trabalho, algumas consequências que podem ser citadas são: estresse elevado, ansiedade, depressão, desatenção no seu ambiente de trabalho, problemas familiares e sociais. Diferentemente das pessoas comuns, os policiais militares por serem servidores públicos possuem uma alta capacidade de captar recursos emprestados, somado a fatores de estresse inerentes à sua profissão e ao grande assédio sofrido por instituições financeiras. Portanto, caso eles o façam sem uma análise detalhada e sem possuir uma educação financeira adequada, eles podem acabar complicando-se financeiramente, afetando sua qualidade de vida e de sua família.

O ambiente de trabalho do policial militar é marcado por longas jornadas de trabalho e o estresse por atendimento das mais diversas ocorrências, características próprias do profissional policial militar, exigem do profissional um bom estado físico e emocional para lidar com essas situações. Essa rotina ao longo do tempo, marcada pela interação com as mais diversas ocorrências, aliada à busca por mecanismos de escape para aliviar o estresse decorrente, frequentemente leva a esses profissionais tomarem decisões financeiras impulsivas e sem planejamento prévio, comprometendo sua qualidade de vida no curto, médio e longo prazo.

Outro ponto que foi observado é o fato de que ainda não existem disciplinas de educação financeira nos cursos de formação e nem nos cursos de carreira da PMAM. A partir do momento que o indivíduo que ingressa na corporação, o seu acesso a crédito cresce consideravelmente, uma sugestão que seja desenvolvido um ciclo de palestras anuais e disciplinas de educação financeira para os cursos de formação tanto de praças quanto de oficiais da PMAM, para que os militares da corporação possam lidar melhor com esse acesso facilitado e o assédio das instituições financeiras.

Sob essa visão, a educação financeira se apresenta como uma ferramenta poderosa para promover a qualidade de vida do policial militar, proporcionando a ele a capacidade de lidar com desafios cotidianos de maneira mais planejada e articulada, reduzindo assim o estresse causado por problemas financeiros e podendo melhorar seu desempenho profissional.

Ao se reconhecer o policial militar como uma pessoa que carece de um plano de ação puramente eficaz e coerente para a promoção de medidas e entendimentos relacionados ao seu bem-estar e a sua segurança financeira, o que se consegue é fazer



com que o Policial Militar, ganhe, por meio de ações que com esforço, dedicação e uma mudança considerável no comportamento e no modelo de dinheiro que cada um guarda para si, consiga efetivar ações que convergem para a promoção de mais qualidade de vida e de um melhor relacionamento do Policial Militar com sua renda.

Os dados e análises feitas demonstram que o endividamento recorrente entre policiais não decorre unicamente de baixos salários ou consumo inconsciente, mas sim da ausência de orientação técnica, da falta de instrumentos práticos de controle e da dificuldade em planejar o futuro diante de uma rotina imprevisível e extenuante. O impacto dessa realidade ultrapassa a esfera individual e atinge diretamente o desempenho profissional, as relações familiares e a saúde mental dos militares.

Mais do que tratar sobre problemas financeiros, um curso de educação financeira pode representar um verdadeiro avanço na vida funcional e pessoal dos policiais militares do Amazonas. Um militar estadual bem orientado financeiramente é menos vulnerável a pressões externas, toma decisões mais equilibradas, apresenta maior resiliência emocional e contribui para a construção de um ambiente institucional mais produtivo.

Portanto, este trabalho recomenda que a Polícia Militar do Amazonas assuma uma postura ativa como transformadora nessa mudança cultural. Que a corporação, seja pioneira no cuidado com a saúde financeira e emocional de seus policiais militares. Que não se espere mais pela inserção da educação financeira apenas nos bancos escolares da formação inicial, mas que seja uma política da instituição e seja difundida ao longo da carreira do profissional, de forma imediata, eficiente, tecnológica e transformadora.

Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas quantitativas e qualitativas com o público-alvo - policiais militares da ativa - a fim de mapear suas principais dificuldades, hábitos financeiros e percepções sobre o tema. Questionários, grupos focais e entrevistas podem fornecer dados empíricos que fortaleçam ainda mais as decisões institucionais quanto à implementação e ao aperfeiçoamento do curso.

Adotar essa proposta é mais do que investir em conhecimento, é investir em estabilidade, ética, bem-estar e futuro. É transformar a educação financeira, tantas



vezes negligenciada, em uma ferramenta de proteção, autonomia e dignidade.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Dayse Leticia Pereira; MENDES, Diego Costa; MARTINS, Simone. Qualidade de Vida no Trabalho nas Organizações Públicas Brasileiras: uma Revisão Integrativa da Literatura. **Teoria e Prática em Administração**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 88-102.

ARAÚJO, Flávia Barbosa de Brito; MACIEL, Fernanda Peixoto; SILVA, Pablo Rogers. Nível de diversificação, qualidade de vida, saúde e bem-estar financeiro do investidor: uma análise regional brasileira. **Gestão & Regionalidade**, v. 39, n. 116, e8226, 2023.

BARBOSA, Danilo Santana. Análise da viabilidade e relevância da inserção da disciplina de educação financeira nos cursos de formação da Polícia Militar do Estado do Paraná. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 7, p. 51012-51025, jul. 2022.

BONIM, Maristela. Projeto de Vida: Educação Financeira Como Proposta À Inclusão Social. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 30211-30226, mar. 2021.

BRASIL. Exército. **EB70-CI-11.406**: Caderno de Instrução de Educação Financeira. 1. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.

CARVALHO, Babilon Azevedo de; SOUZA, Pedro Henrique Costa de; OLIVEIRA JUNIOR, Nilton Dias Sampaio. Educação financeira: uma análise da vida financeira dos alunos-a-oficial PM do 3º CFOPM da Academia de Polícia Militar da Bahia, em 2024. **Revista PMBA em Foco: Ciência Policial e Cidadania**, Salvador, v. 1, ano 3, p. 88-106, jan./jun. 2024.

DOMINGOS, Reinaldo Aparecido. A importância da educação financeira no Brasil. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 5, n. 4, e546104, 2024.

DOMINGOS, Reinaldo Aparecido. Educação financeira uma ciência comportamental. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 3, n. 4, e341217, abr. 2022.

FERNANDES, Elvis Maycom; FERNANDES, Simone Aguiar. Educação financeira como forma de inclusão social. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./jul. 2024.

GOMES, Lilliane Vicentina; THIESEN, Renato Lehmkuhl. Educação financeira e sua relação com o policial militar de Santa Catarina. **Revista Científica da Escola Superior de Planejamento e Gestão**, 2022.

MARCONDES, Paulo Cesar; LAAT, Erivelton Fontana de. Segurança pública: qualidade de vida no trabalho como direito fundamental para eficiência do sistema. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 2020-2038, jan. 2021.



MIRA, Elson Cedro; DINIZ, Marianna de Farias. Os limites da educação financeira sob a perspectiva da economia comportamental. **GeSec - Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 756-775, set./dez. 2022.

NASCIMENTO, Reinaldo Pereira do; DOMINGOS, Reinaldo Aparecido. Análise acerca das consequências da falta de educação financeira no comportamento humano. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 5, n. 1, e515825, 2024.

NASCIMENTO, Reinaldo Pereira do; SANTOS, Cintia Senna; DOMINGOS, Reinaldo Aparecido. Tomada de decisão financeira do policial militar: uma análise sob a ótica da educação financeira. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 5, n. 7, e576659, 2024.

OLIVEIRA, Hilderline de; OLIVEIRA, Bruno Rodrigues de; CRUZ, Eduardo. Planejamento financeiro e sua influência na ação policial militar. **Revista Científica ACERTTE**, v. 5, n. 6, e56243, 2025.

PEREIRA, Adriana Soares *et al.* **Metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM/NTE, 2019. E-book. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br>. Acesso em: 15 set. 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. E-book. Disponível em: <https://www.feevale.br>. Acesso em: 6 out. 2024.

ROCHA, Samara Raquel de Sousa *et al.* Saúde mental do policial militar: percepções, condições de trabalho e possibilidades de melhoria. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, Rio de Janeiro, v. 97, n. 2, e023054, 2023.

SANTO, A. F. C. *et al.* Educação financeira e as decisões de investir. **Revista de Economia e Administração (PUC-SP)**, v. 22, n. 1, p. 1-15, 2023.

SANTOS, Cintia Senna. Terapia financeira: atividade da educação financeira. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 2, n. 10, e210900, 2021.

SANTOS, Cintia Senna; DOMINGOS, Reinaldo Aparecido. Capacitação financeira na polícia militar: impactos na gestão das finanças pessoais. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 5, n. 6, e566521, 2024.

SILVA, Adriana Cristina *et al.* Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online**, Campo Grande, v. 8, n. 2, maio/ago. 2020. Disponível em: <http://www.desafioonline.ufms.br>. Acesso em: 24 dez. 2025.

SOUSA, Karen Laís Azevedo Oliveira; SIQUEIRA, Hálmisson D'Arley Santos. Fatores associados ao surgimento de ansiedade/depressão em policiais militares: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, e201101018702, 2021.



SOUZA, Eliane Alves de. A educação financeira contra a armadilha do endividamento dos funcionários públicos pelo empréstimo consignado. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 03, p. 1014-1027, mar. 2024.

SOUZA, Robilene Santos; OLIVEIRA, Roberval Passos de; COSTA, Fabíola Marinho. A saúde da trabalhadora e do trabalhador policial militar: uma revisão integrativa. **Revista Saúde Multidisciplinar**, v. 16, n. 1, p. 85-93, 2024.

TAVARES, Juliana Petri *et al.* Rede de correlações entre qualidade de vida, resiliência e desequilíbrio esforço-recompensa em policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 5, p. 1931-1942, 2021.

THIESEN, Renato Lehmkuhl; VILLELA, Arlene Sousa da Silva. **A importância da educação financeira como potencializadora da qualidade de vida do policial militar catarinense**. Santa Catarina: [s. n.], 2017.

TIRELLO, Dernivaldo da Costa *et al.* Gestão financeira do policial militar e o impacto na sua estabilidade financeira. **Lumen et Virtus**, São José dos Pinhais, v. 15, n. 41, p. 9232-9244, 2024.

TÔRRES, Liliane Leopoldino; GOMES, Douglas Willyam Rodrigues. Educação financeira e gestão inteligente das finanças. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 08, p. 362-380, ago. 2024.